

VEREADORES (AS) E PARTIDOS POLÍTICOS EM ELEIÇÕES NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA (PR) NO PERÍODO DE 1992 A 2024: CARACTERÍSTICAS GERAIS, DESEMPENHOS, TENDÊNCIAS E INFLUÊNCIAS

Henrique Simão Pontes
Professor substituto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
E-mail: henriquegeografo@gmail.com

Laís Luana Massuqueto
Professora substituta do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
E-mail: lais.massuqueto@gmail.com

RESUMO

Ponta Grossa, no Estado do Paraná, é uma cidade conservadora e tradicional e isto se reflete no legislativo municipal. Assim, o presente artigo mostra uma análise do desempenho e perfil de vereadores (as) e dos partidos políticos em eleições municipais entre os anos de 1992 a 2024. O estudo baseou-se na identificação das pessoas eleitas na cidade, descartando os casos de substituição no decorrer do mandato, e em pesquisa sobre o perfil dos (as) eleitos (as) envolvendo gênero, cor, profissão, grau de instrução e bens declarados. Avaliou-se o desempenho dos partidos políticos, com base na contagem de votos e considerando o impacto da Emenda Constitucional nº 97/2017 (reforma eleitoral de 2017). A Câmara de Ponta Grossa apresenta homogeneidade e baixa circulação, é predominantemente formada por vereadores (as) filiados (as) a partidos de direita e composta por homens brancos com nível de escolaridade alta, atuação profissional voltada principalmente para a área empresarial ou para setores que exigem formação acadêmica. Práticas clientelistas são notáveis e observa-se um aumento no número de representantes militares e religiosos nos últimos pleitos. O desempenho dos partidos políticos na cidade está mais associado aos candidatos do que ao partido em si, situação evidenciada pela forte migração partidária.

Palavras-chave: Legislativo municipal; Composição da Câmara; Vereadores; Migração partidária; Ponta Grossa.

1. INTRODUÇÃO

Os vereadores compõem a maior parcela da representação política brasileira. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são 58.208 parlamentares municipais, o que representa 89,03% dos políticos eleitos no país (TSE, 2020). Segundo Seibt (2020), os gastos com salários de vereadores e servidores do Legislativo Municipal em todo o país custaram mais de 11 bilhões de reais somente no primeiro quadrimestre de 2020 e em algumas cidades, o gasto com o legislativo municipal passa de 2 mil reais por habitante. Assim, grande responsabilidade está atrelada a estes políticos, e a população deve estar atenta sobre quem são essas pessoas que ocupam estes cargos, o que fazem, seus projetos, bandeiras ideológicas e ações parlamentares.

Embora seja comum entre a população em geral a concepção de uma figura mais voltada ao atendimento público e ao assistencialismo, percepções resultadas de um sistema

político com problemas crônicos, a função dos vereadores é outra e de fundamental importância. Dentre as delegações destes agentes políticos está a de legislar, ou seja, criar ou modificar leis, que servem para melhorar as diretrizes necessárias para o desenvolvimento da sociedade, e de fiscalizar o Poder Executivo, para garantir a correta utilização das dotações orçamentárias e para que sejam executadas de maneira adequada todas as ações em prol dos munícipes.

Conforme apontam Da Silva e Dantas (2016) há diversas pesquisas que buscam analisar os resultados das eleições municipais, identificando o desempenho dos partidos políticos. Há também trabalhos que focam em caracterizar o perfil dos candidatos eleitos, com base no gênero, cor, escolaridade, profissão (e.g. KERBAUY, 2005). Compreender o perfil dos vereadores possibilita observar diversas características da população, pois muito além de um lugar de representação popular, a Câmara é um reflexo da organização sociocultural e política local, é um ambiente de relação de poder, de disputa pelo espaço de fala e de interesses coletivos e, frequentemente, também pessoais.

Por outro lado, os partidos políticos têm papel fundamental nesta representação popular e organização política local. Conforme apontam Da Silva e Dantas (2016) os partidos políticos desempenham importantes funções, e uma das mais significativas é a própria apresentação de candidatos em períodos eleitorais. Os referidos autores salientam que estudos focados na análise dos sistemas partidários têm vasto campo, uma vez que se tornou fundamental entender como as regras eleitorais afetam o comportamento dos eleitores e, conseqüentemente, a atuação dos partidos e representantes.

Contudo, é comum observar na escala local, pessoas que se tornam personalidades políticas e figuras extremamente conhecidas no jogo político municipal. Este personalismo faz com que os agentes políticos tornem-se os protagonistas, fazendo com que os partidos percam destaque e fiquem em segundo plano. Para Vasquez, Fernandes e Faganello (2016) as lideranças e as figuras políticas em si tendem a ser mais expressivas do que as organizações partidárias. Neste sentido, para os autores citados anteriormente, o que corrobora para a percepção sobre a necessidade de se compreender quem são os vereadores que acessam a representação legislativa municipal é este personalismo, independentemente dos partidos vencedores.

Com este contexto introdutório, compreende-se que para entender a organização política a nível local, com foco nos legisladores das Câmaras Municipais, é preciso uma caracterização aprofundada não apenas dos políticos, mas também dos partidos que estes estão vinculados e da história de migração partidária, que a grande maioria destas pessoas

carrega em suas trajetórias legislativas. Desta maneira é possível traçar um perfil mais detalhado dos representantes do legislativo municipal, seus interesses e sua movimentação no jogo político da esfera local.

O objetivo do presente artigo é analisar o desempenho e perfil de vereadores (as) e dos partidos políticos em eleições para o legislativo municipal de Ponta Grossa, no estado do Paraná, entre os anos de 1992 e 2024. Além disso, é realizada uma discussão sobre a influência de três aspectos na constituição dos membros da Câmara de Vereadores em questão: a) as figuras políticas participantes dos pleitos; b) os partidos políticos e; c) as novas regras eleitorais, sobretudo a impossibilidade de coligações e a cláusula de barreira (cláusula de desempenho).

A escolha de realizar a presente análise no município de Ponta Grossa se faz pelo fato de que a cidade apresenta forte influência de uma elite política, conforme apontado por Schimanski (2007). Esta elite está historicamente associada às famílias tradicionais, sobretudo aos proprietários de terras remanescentes do Brasil colonial, como também a imigrantes com capital próprio e experiência empresarial no comércio e indústrias locais que passaram a ter ligações com famílias tradicionais ponta-grossense. Estes setores da sociedade, totalmente conservadores, tem como foco o controle político e econômico, a fim de perpetuar seus interesses privados. Isso permite questionar se estas características históricas/culturais/sociais da sociedade ponta-grossense têm influenciado nos desempenhos e tendências político/partidárias em eleições para o legislativo do município de Ponta Grossa.

2. MÉTODOS

O trabalho baseou-se exclusivamente em pesquisas em plataformas digitais que disponibilizam informações sobre os resultados das eleições municipais para vereadores em Ponta Grossa (Paraná), tais como Tribunal Regional Eleitoral - TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020). A escolha de fontes não oficiais ocorreu para complementar as informações não obtidas em portais oficiais. Com estas fontes foi possível obter dados como os nomes dos vereadores eleitos, cor, gênero, profissão, declaração de bens, número de votos, partidos políticos filiados e quantidade de vezes eleitos. Dados sobre os partidos políticos (como por exemplo, o número de votos total e desempenho geral por pleito) também foram obtidos utilizando as mesmas fontes citadas anteriormente.

Todas as informações foram tabeladas e distribuídas de acordo com o período de cada mandato eletivo. Ao todo foram oito períodos analisados, tendo como recorte temporal

de 1992 a 2024. Para a apresentação dos dados foram produzidas tabelas e gráficos contendo resultados quantitativos e qualitativos.

Para a avaliação do índice de renovação no legislativo municipal utilizou-se, além dos dados das oito eleições avaliadas, os nomes dos vereadores eleitos na eleição de 1988, e considerou-se situação de renovação, unicamente, os casos em que a pessoa nunca havia ocupado vaga no legislativo municipal. O enquadramento do espectro político dos partidos baseou-se nas interpretações de Coppedge (1997), Madeira e Tarouco (2013), Vasconcellos (2016), Shalders (2017) e Ducroquet (2018).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa buscou-se estudos a cerca do tema investigado, os quais serviram como referenciais teóricos para as discussões e conclusões. As procuras tiveram como foco artigos em revistas e demais trabalhos de caráter científico que abordam tópicos como: política a nível municipal, vereadores, organização partidária municipal, partidos políticos e eleições municipais, perfil das câmaras de vereadores no Brasil, composição legislativa municipal, legislação eleitoral brasileira, migração partidária, clientelismo e personalismo político, história da política nos municípios brasileiros e conservadorismo político e elites de Ponta Grossa.

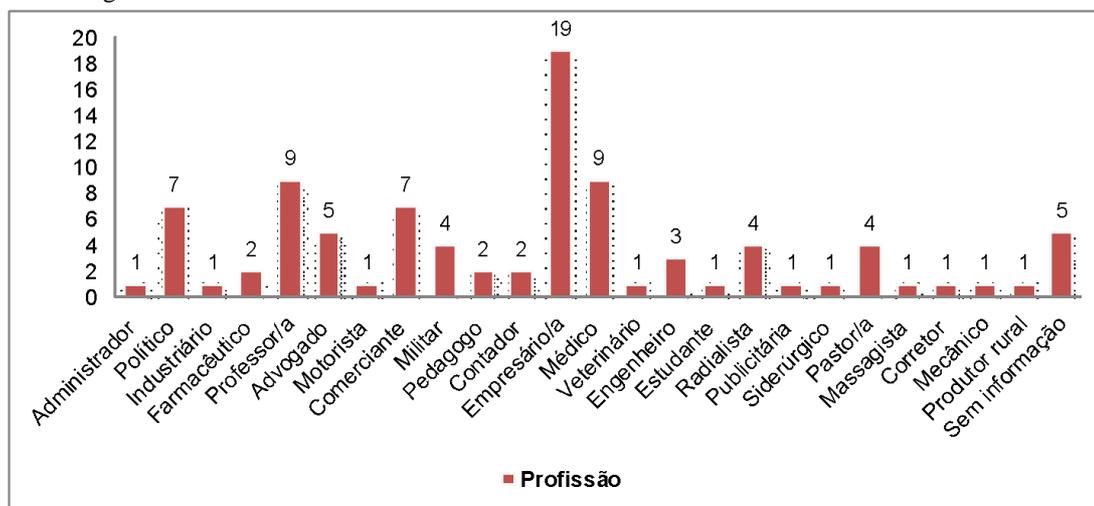
3. RESULTADOS

Perfil dos vereadores

No total, foram avaliados oito processos legislativos, que elegeram um total de 159 vereadores (as), sendo 143 homens e 16 mulheres (incluindo casos de reeleições). Ao totalizar os nomes individuais que ocuparam cargo no legislativo municipal são 93 pessoas (82 homens e 11 mulheres).

Em relação à cor, 93,54% (87) se declaram brancos, 5,37% (5) como pardos e apenas 1,09% (1) se considera como preto. As ocupações (profissões) mais presentes entre os vereadores no período analisado são: empresário (20,43%), médico e professor (9,67% cada), político e comerciante (7,52% cada) e advogado (5,37%). Conforme mostra a figura 1, foram identificadas 24 profissões em diversas áreas de atuação.

Figura 1 – Profissões dos vereadores eleitos na cidade de Ponta Grossa entre 1992 a 2024.



Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

No que tange ao grau de instrução, mais da metade (52,68%) dos vereadores possuem ensino superior completo e 21,5% tem o ensino médio completo. Entretanto, conforme mostra a figura 2, o grau de instrução dos membros do legislativo municipal é variado, havendo pessoas também com ensino fundamental incompleto e completo, ensino médio incompleto e nível superior incompleto.

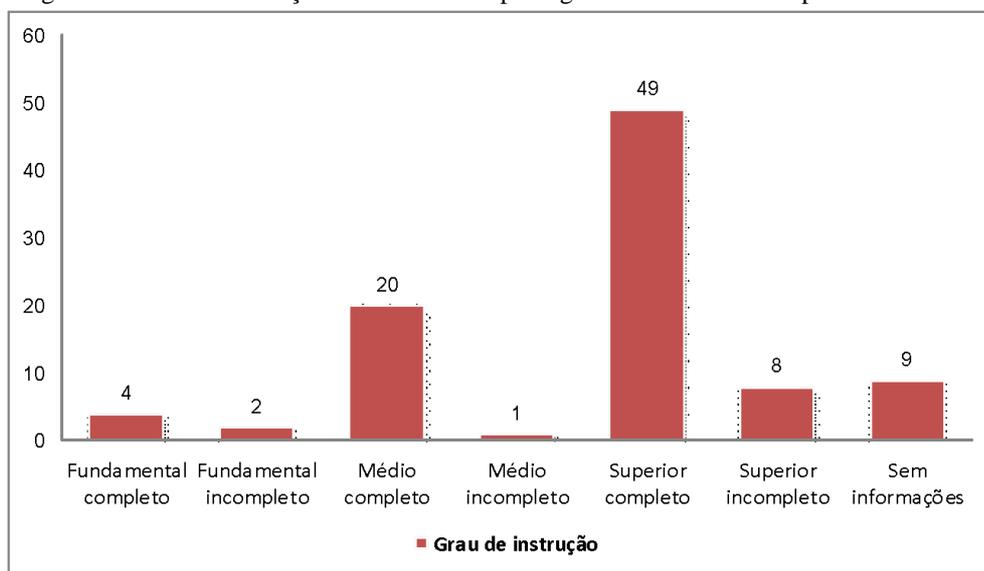
Dos 93 vereadores, 27 não declararam bens ou tais declarações não foram identificadas, principalmente dos legisladores do mandato de 1993-1996. Três membros do legislativo possuem bens que ultrapassam um milhão de reais e a maioria possui patrimônio que varia entre 100 mil a 500 mil reais (figura 3).

Em relação ao índice de renovação no legislativo municipal, considerou-se renovação apenas os casos em que a pessoa ainda não havia ocupado o cargo de vereador em gestões passadas. O mandato de 1993-1996 teve 15 novos vereadores, apontando 71,42% de renovação. Quinze novos municípios ocuparam cadeira no mandato de 1997-2000, chegando a um índice de renovação de 68,18%. Para a gestão de 2001-2004 foram 9 novos cidadãos, configurando 42,85% de renovação. No mandato de 2005-2008 foram 15 novas vagas conquistadas e um índice de renovação de 53,33%. Entre 2009-2012 houve a menor taxa de renovação, com 26,66% (4 novos vereadores). Os mandatos de 2013-2016 e 2017-2020 apresentaram valores iguais, 13 novos legisladores, com 56,52% de renovação. A eleição de 2020, que definiu a gestão 2021-2024, trouxe 10 novos vereadores e um índice de renovação de 52,63%.

Em relação ao número de mandatos por vereador, observa-se que 34 (21,38%) tiveram uma ou mais reeleição e 125 (78,62%) apenas um mandato (figura 4). Entre os que

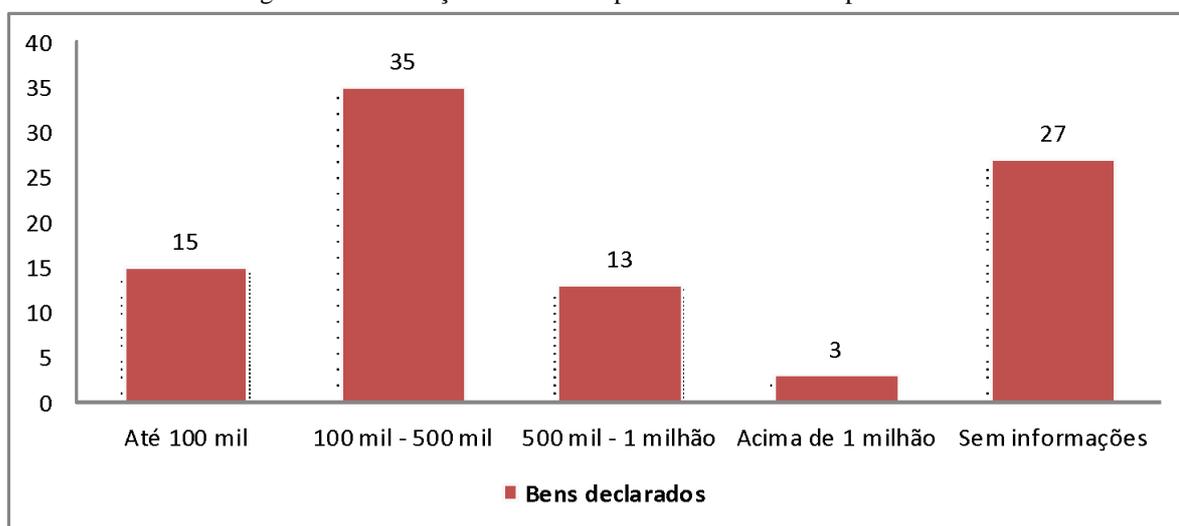
tiveram reeleição, apenas 12 se mantiveram no mesmo partido, sendo 3 do Partido dos Trabalhadores (PT), 2 do Partido Socialista Brasileiro (PSB), 1 do Partido Democrático Trabalhista (PDT), 3 do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 1 do Partido da Mobilização Nacional (PMN), 1 do Partido Popular Socialista (PPS) e 1 do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nove vereadores apresentaram situação de filiação em três partidos políticos durante a trajetória na Câmara Municipal, sendo que nas situações em que estes tiveram três mandatos eletivos estiveram filiados a partidos distintos em cada momento.

Figura 2 – Grau de instrução dos vereadores pontagrossenses eleitos no período analisado.



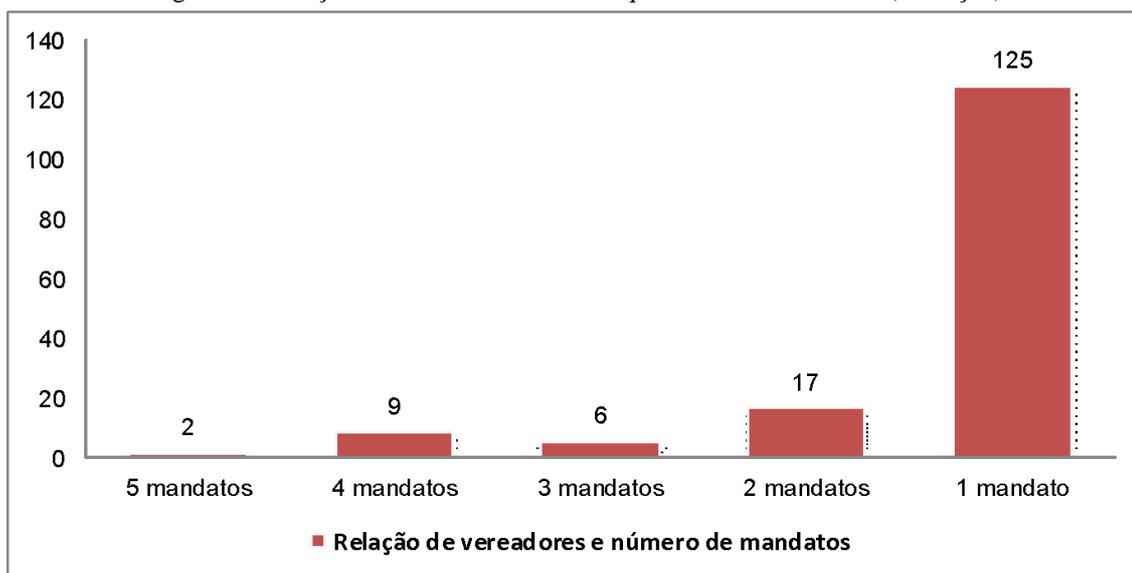
Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

Figura 3 – Declaração de bens dos parlamentares municipais eleitos.



Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

Figura 4 – Relação número de vereadores e quantidade de mandatos (reeleição).



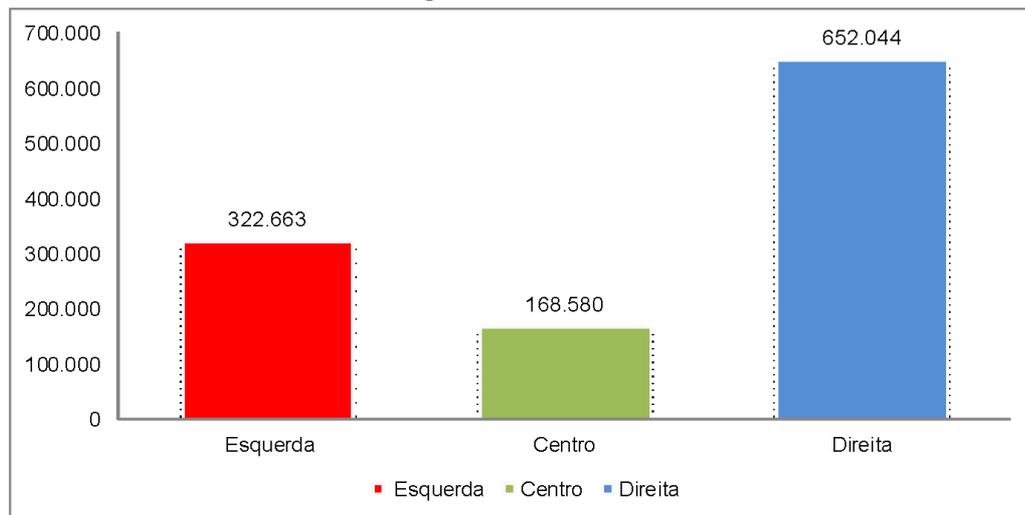
Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

Perfil dos partidos

Os cargos eletivos da Câmara Municipal de Ponta Grossa têm estado majoritariamente presente no campo da direita, conforme análise do espectro político dos partidos (figura 5). Considerando as 159 vagas disponíveis no legislativo municipal durante o período avaliado, observa-se que 54,71% dos vereadores eleitos eram filiados a partidos de direita, 30,18% integraram a esquerda e 15,11% pertenceram ao espectro político do centro.

A gestão 2001-2004 foi a que mais teve vereadores da direita do espectro político (71,42%). O mandato de 2005-2008 foi o de melhor representação dos partidos da esquerda, que ocuparam 46,66% das vagas na Câmara. Os partidos de centro tiveram melhor desempenho durante a eleição de 2020, conquistando 26,31% das cadeiras disponíveis.

Figura 5 – Número de votos por espectro político dos partidos nas eleições municipais para vereadores no período analisado.



Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

]

Ao todo, 36 partidos políticos tiveram candidatos a vereadores concorrendo em eleições realizadas entre 1992 a 2020 na cidade de Ponta Grossa (figura 6). Ao analisar a votação para vereança municipal, os dez partidos que apresentaram melhor desempenho (em ordem decrescente) foram o DEM (Democratas, antigo Partido da Frente Liberal – PFL), PSDB, MDB, PT, PDT, PSB, CIDADANIA (antigo PPS - Partido Popular Socialista), PTN (Partido Trabalhista Nacional, atual PODEMOS), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PL (Partido Liberal).

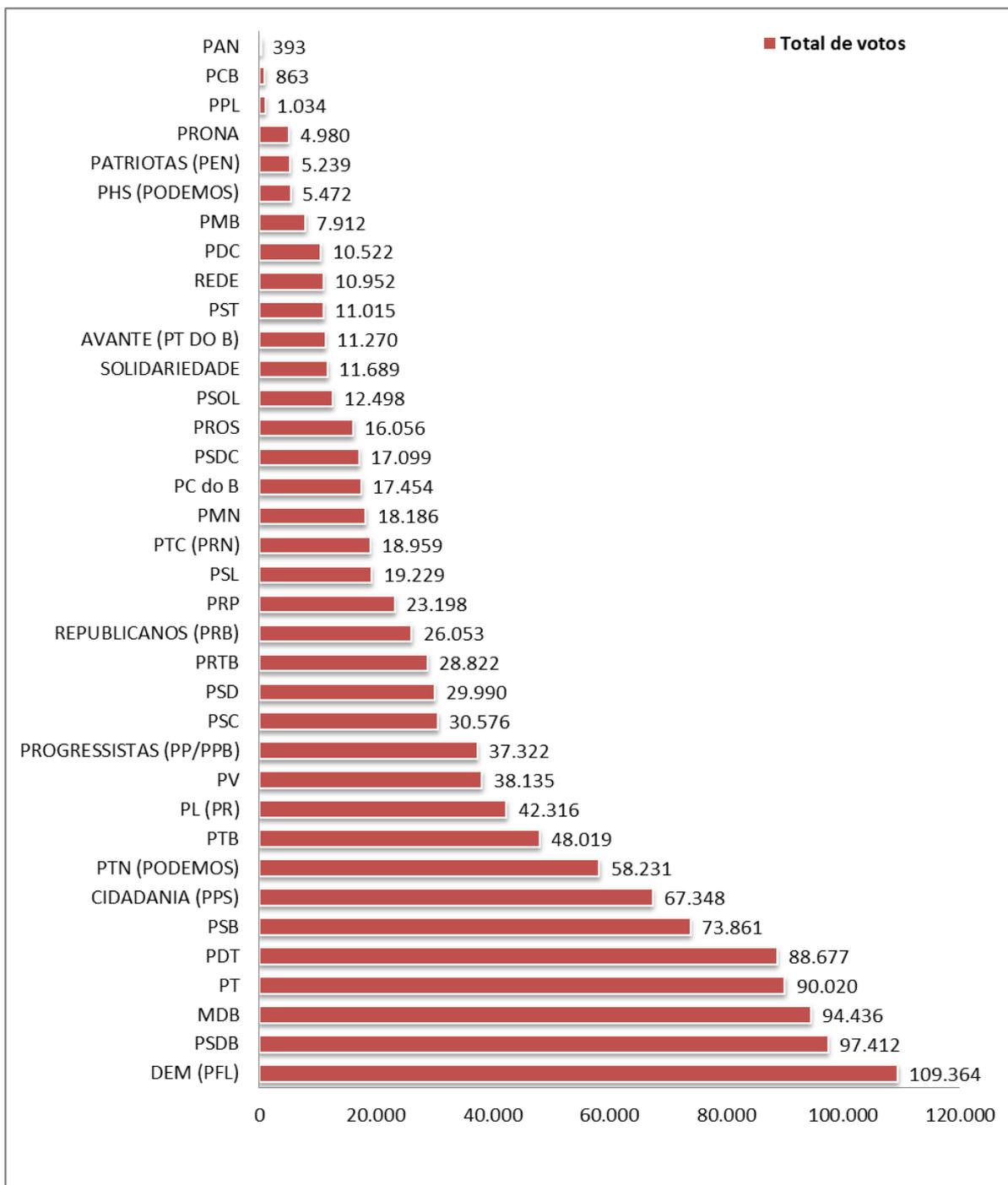


Figura 6 – Desempenho individual dos partidos políticos em votações para vereadores no período estudado (somatória de votos conquistados nas oito eleições).

Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

As figuras 7, 8, 9 e 10 apresentam um levantamento detalhado dos votos totais para vereadores por partido político durante eleições municipais de Ponta Grossa (1992-2020). O partido que mais manteve votos, sendo também o mais bem votado no período, foi o DEM.

Os partidos Cidadania (antigo PPS), PV (Partido Verde), PSC (Partido Social Cristão), PSL (Partido Social Liberal), PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), Solidariedade e o Avante (antigo Partido Trabalhista do Brasil – PT do B) têm apresentado crescimento de votos no município de Ponta Grossa nas últimas eleições. O PSDB apresentou estabilidade de votos entre as eleições de 2000 a 2012, queda em 2016, atingindo estabilidade nos votos novamente em 2020. Historicamente o PDT sempre obteve alto índice de votos no município, contudo, na última eleição teve queda de 64,95% em relação ao número total de votos conquistados em 2016.

O PT teve o melhor desempenho em quantidade de votos em uma mesma eleição, atingindo 21.775 votos. O partido ocupa a quarta posição entre os mais votados no município. Entretanto, nas duas últimas eleições, apresentou queda brusca no número de votos e chegou a uma redução de 76,79%, não elegendo vereadores desde então.

O MDB, PSB, PSD (Partido Social Democrático), PTN, PTB, Progressistas (antigo Partido Progressista – PP e Partido Progressista Brasileiro - PPB), PL, PSC, PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), Republicanos, Cidadania, PMN, PSL, PC do B (Partido Comunista do Brasil), PSDC (Partido Social Democrata Cristão, atual Democracia Cristã DC), PTC (Partido Trabalhista Cristão), PROS (Partido Republicano da Ordem Social) e PHS (Partido Humanista da Solidariedade) são partidos que têm apresentado oscilação constante de votos na cidade, com eleições com bom índice de votos e outras com baixo rendimento.

Os partidos Avante, Patriotas, PSB, PSL e o PSD tiveram aumento significativo de votos na eleição de 2020, principalmente este último partido mencionado, que na eleição de 2016 teve apenas 95 votos a seu favor e no último pleito obteve 20.576 votos, conquistando o segundo melhor desempenho em quantidade de votos em uma mesma eleição no período estudado.

O PST (Partido Social Trabalhista), PDC (Partido Democrata Cristão), REDE Sustentabilidade, PMB (Partido da Mulher Brasileira), PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), PCB (Partido Comunista Brasileiro), PPL (Partido Pátria Livre – incorporado ao PC do B) e PAN (Partido dos Aposentados da Nação) tiveram projeção no cenário político municipal apenas em um único período (uma única eleição). O PST chegou a aparecer em uma segunda candidatura, mas obteve apenas 213 votos.

O PRP (Partido Republicano Progressista) tinha estabilidade de votos entre as candidaturas de 2000 a 2016, mas caiu drasticamente na eleição de 2016 e não obteve votos na última eleição. Cidadania, PTN, PL, Progressistas, PMN, PSDC (DC), PHS, PST, REDE,

PMB, PDC, PRONA, PPL e PCB também não tiveram votos na eleição do ano de 2020. O PAN, PPL e o PRONA foram extintos.

Conforme mostra a tabela 1, 29 partidos conquistaram vagas na Câmara Municipal no período em questão, sendo que os partidos que mais têm votos são os mesmos que mais elegem candidatos.

DEM (PFL)	16	PSD	5	PSL	2
MDB	16	PMN	4	PC do B	2
PSDB	14	REPUBLICANOS (PRB)	4	PROS	2
PT	13	PP (PPB)	3	SOLIDARIEDADE	2
PDT	13	PV	3	PST	2
PSB	11	PSC	3	REDE	2
CIDADANIA (PPS)	9	PRTB	3	PSDC	1
PL (PR)	8	PRP	3	PSOL	1
PTB	6	PTC (PRN)	3	AVANTE (PT DO B)	1
PTN (PODEMOS)	6	PROGRESSISTAS (PPB)	2		

Tabela 1 – Total de vereadores eleitos por partidos políticos.

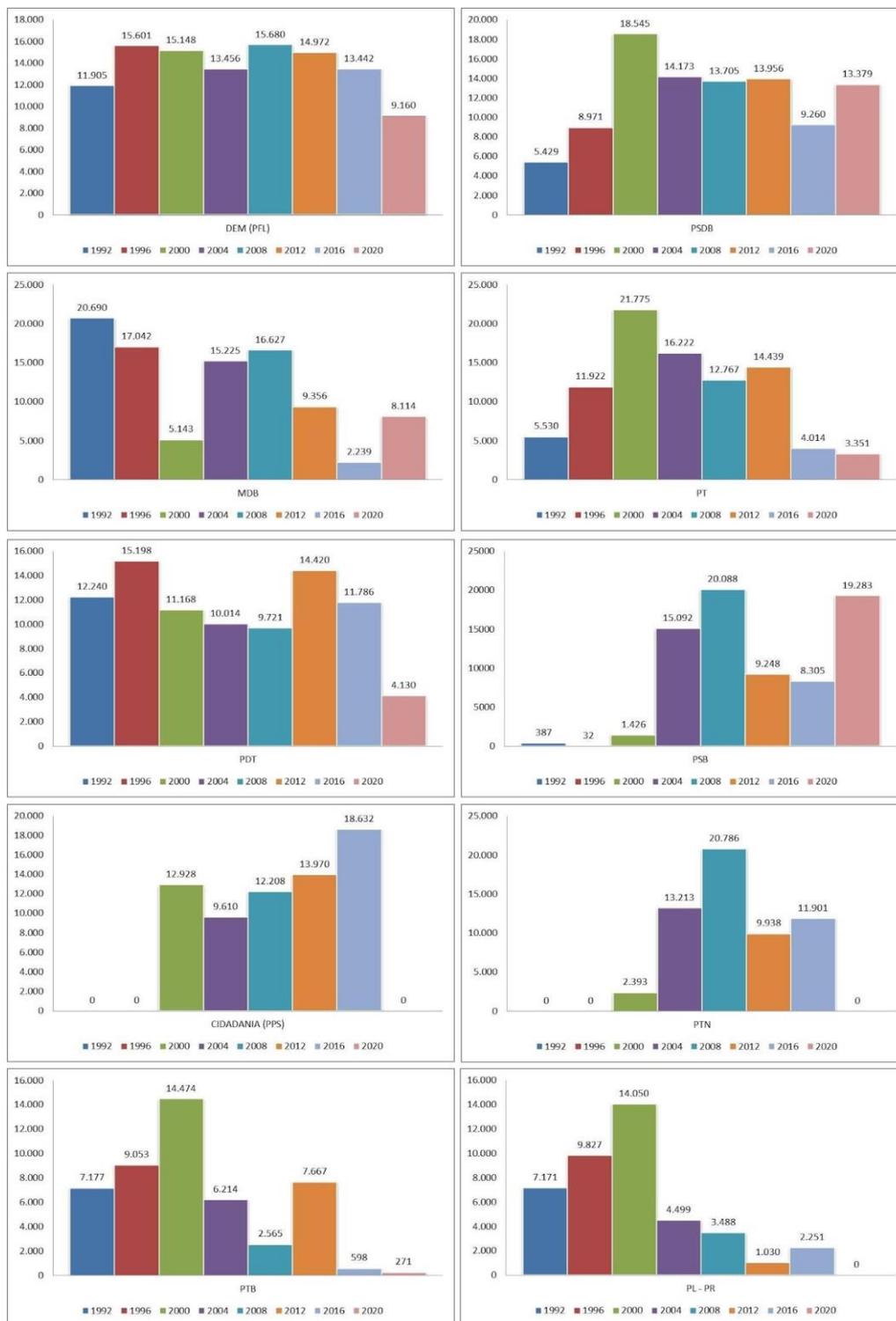


Figura 7 – Desempenho dos partidos políticos em votações para vereadores no período estudado.
 Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

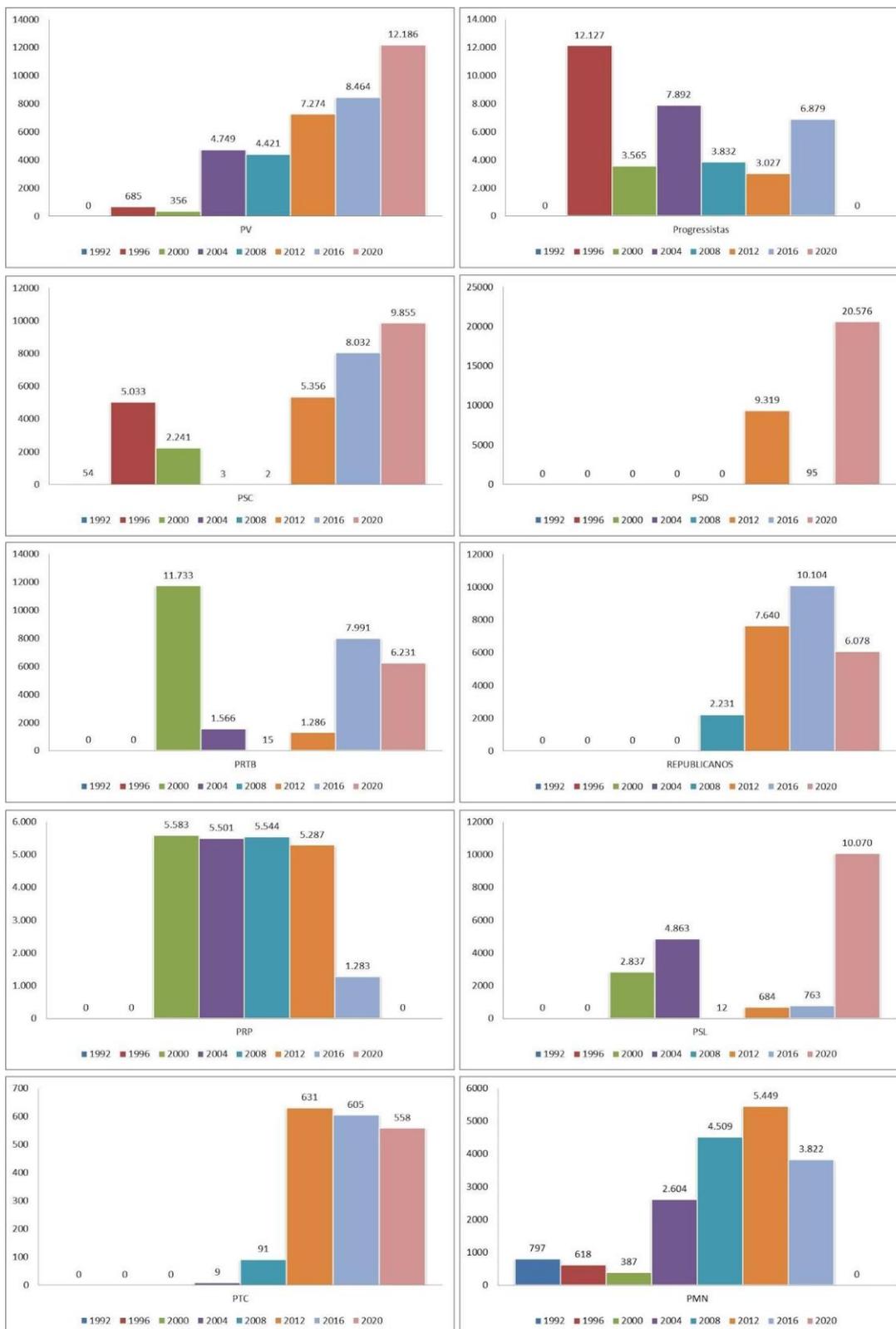


Figura 8 – Desempenho dos partidos políticos em votações para vereadores no período estudado.
 Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

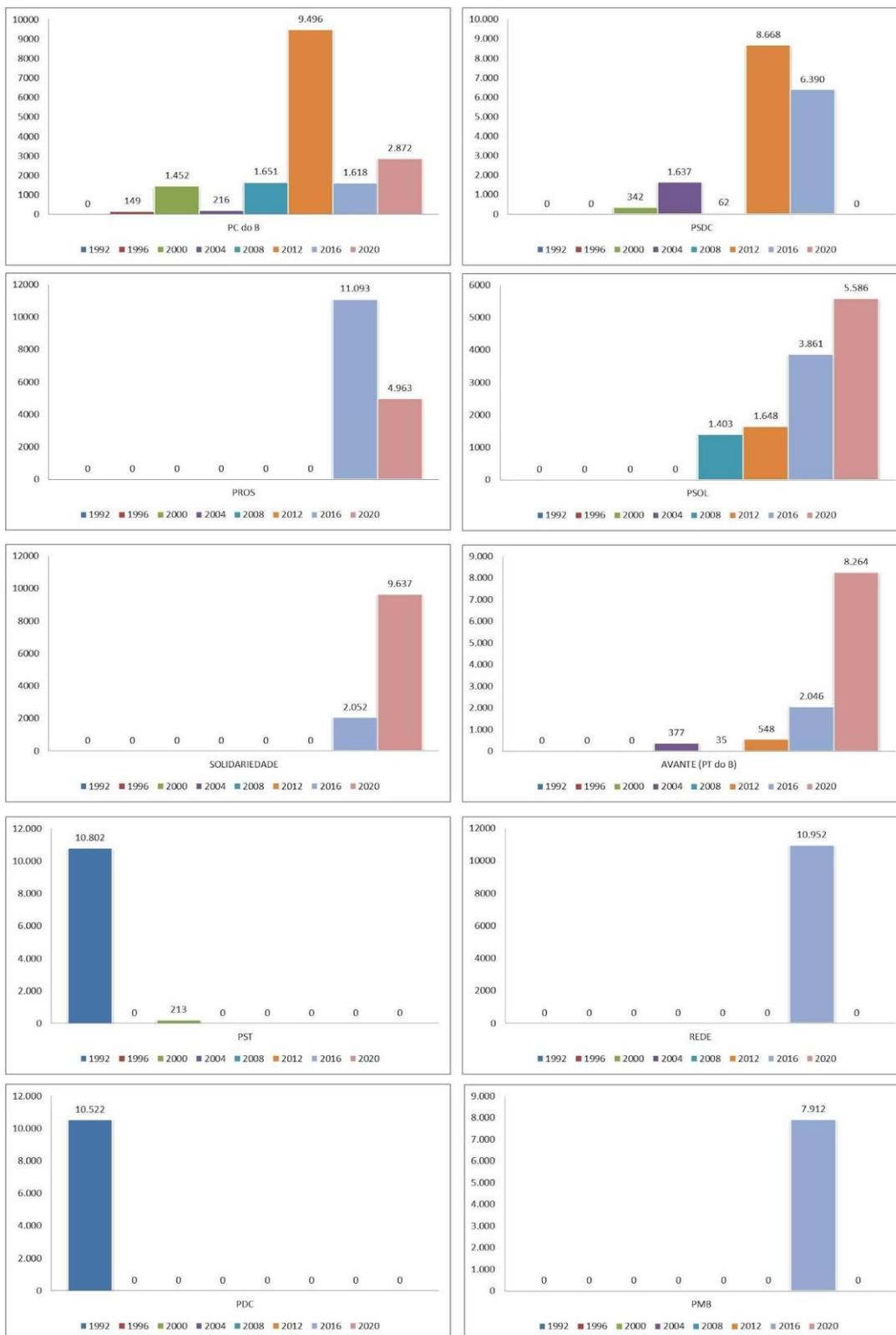


Figura 9 – Desempenho dos partidos políticos em votações para vereadores no período estudado.
 Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

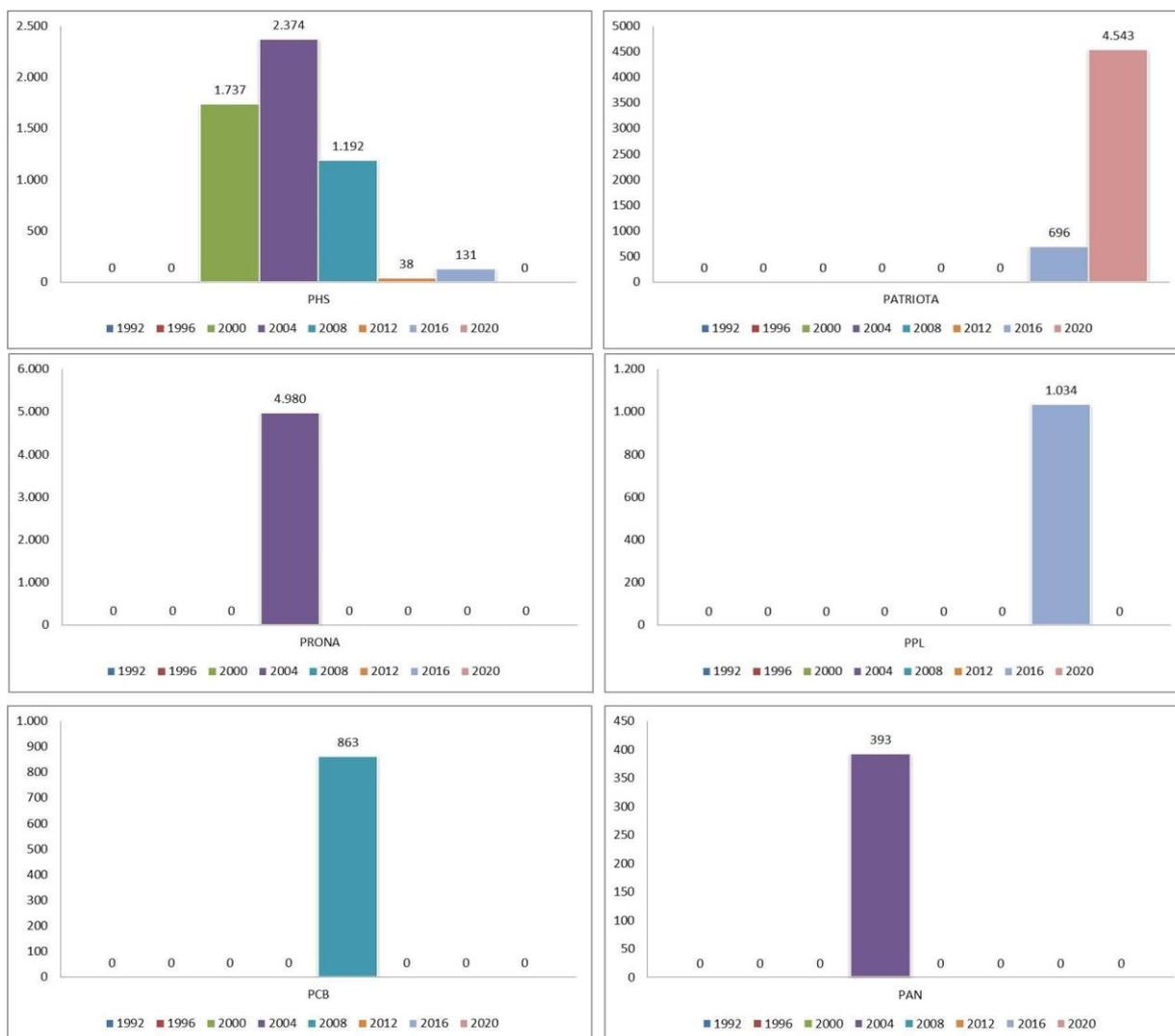


Figura 10 – Desempenho dos partidos políticos em votações para vereadores no período estudado. Fontes: TRE (1992), TRE (1996), Estadão (2020), TSE (2020a, b), PODER360 (2020) e UOL (2020).

4. DISCUSSÕES

Parlamentares municipais

Ao avaliar as questões de gênero e cor dos membros do legislativo de Ponta Grossa, primeiramente é importante destacar que de acordo com o Censo 2010, é possível concluir que as mulheres são maioria na população pontagrossense (51,42%) (IBGE, 2010), como também entre os eleitores (53,03%) (PMPG, 2019). De acordo com o Caderno Estatístico do Município de Ponta Grossa (PMPG, 2019) pessoas de cor preta e parda (64.493 somadas) representam 20.69% da população.

Entretanto, esta estatística não reflete no número de representantes destes grupos na câmara legislativa municipal. Foram 87 (93,54%) vereadores que se declararam brancos durante oito mandatos, somando 32 anos de composição legislativa. Apenas um homem negro foi eleito no período estudado. Entre os 93 vereadores eleitos, 82 (88,17%) são homens. Isso

evidencia um domínio totalmente desproporcional de homens brancos na representação parlamentar municipal.

O recorte temporal analisado, dos anos 90 em diante, representa o momento de maior inserção de mulheres na Câmara, uma vez que desde a instituição da Câmara Municipal, em 1855, até o ano de 1992, foram apenas três mulheres eleitas. Mesmo assim a representação feminina no legislativo da cidade é totalmente insuficiente. O mandato de pior presença feminina durante o período estudado foi de 2017-2020, com apenas uma mulher (4,34%) entre as 23 cadeiras. A representação de 2021-2024 é a melhor, com três mulheres eleitas, equivalendo 15,78% das vagas disponíveis (19). A média de representação feminina no período estudado (32 anos) é de 10,45%.

A cartilha “Mais mulher na Política. Mulher, tome partido!” produzida pelo Senado Federal e com o apoio da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, coloca de forma resumida e simplificada, que alguns dos fatores que limitam e impedem a presença da mulher na política, em relação à situação da mulher na sociedade, são i) a elevada carga de trabalho, com tripla jornada, ii) o caráter machista da sociedade e iii) o domínio masculino dos partidos políticos. Já quanto às leis afirmativas, se coloca i) a ineficiência dentro do atual sistema brasileiro de cota nas listas de candidatura, ii) a baixa alocação de recursos nas campanhas das mulheres; iii) a falta de punição aos partidos que não cumprem a legislação e iv) a falta de formação e de campanhas de conscientização (SENADO FEDERAL, 2020).

Em recente estudo, Verner e Cervi (2020) demonstram que a maioria das mulheres eleitas vereadoras em Ponta Grossa possuem padrinhos políticos e estão associadas a grupos estabelecidos no cenário local do poder. Além disso, estes autores apontam que o aumento de candidatas devido à Lei nº 9.504/1997, que determina o preenchimento mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo dentro dos partidos ou coligações, não influenciou no ingresso das mulheres no legislativo municipal.

Ao avaliar o grau de instrução dos eleitos, nota-se que 61,29% tiveram acesso ao ensino superior. Este dado corrobora com os apontamentos realizados por Kerbauy (2005), que indica que o Sul e o Sudeste do país são as regiões que concentram o maior número de vereadores com ensino superior incompleto e completo.

Por outro lado, apenas 7,52% dos parlamentares apresentaram formação abaixo do nível de ensino médio completo. As desigualdades sociais presentes na sociedade impõem condicionantes diversas aos indivíduos, que acabam por impedir a conclusão do ensino fundamental e médio, tornando-se ainda mais difícil que os cidadãos em vulnerabilidade social consigam ingressar no ensino superior. Mesmo com a democratização do ensino

superior, que possibilitou o acesso massificado às universidades, deixando de ser restrita a membros da elite, como afirmado por Dubet (2015), essa política de Estado ganhou força apenas nos últimos 20 anos e atendeu principalmente a geração nascida nos anos 80 e 90. A predominante presença de vereadores que conseguiram acessar o ensino superior mostra que a Câmara Municipal de Ponta Grossa é mais um espaço de segregação, uma exclusão social refletida na representação política da cidade.

A principal profissão dos componentes da Câmara de Ponta Grossa é de empresário, que representa mais de um quinto dos vereadores, dentro de um total de 24 outros ofícios. A presença marcante destes profissionais revela a força dos interesses do setor empresarial, refletido pelo legislativo de todo o país. Para Diniz e Boschi (2000) e Costa, Costa e Nunes (2014), sobretudo após a constituinte de 1988, os empresários aumentaram seu interesse com o legislativo, pleiteando vagas para a sua representação direta nestes espaços, além da utilização do *lobby* e outras formas de influências. Contudo, é importante citar que não foram analisados dados sobre as características dos empreendimentos deste grupo de vereadores, tais como dimensão e ramo de atividade.

Nota-se uma presença marcante de médicos e professores, somando 19,34% do total eleito no período analisado. Na eleição de 2020, foram 24 candidatos professores, contudo apenas um eleito. Entre os médicos foram 6 candidatos e dois que conquistaram cadeiras no Legislativo Municipal. Um destes médicos eleitos está em seu quarto mandato e o vereador que mais vezes ingressou na Câmara de Ponta Grossa (seis mandatos ao todo) também atua na área da saúde.

Práticas clientelistas tem se mostrado eficientes para a eleição de médicos e outros profissionais da saúde em Ponta Grossa. Atendimento médico gratuito em igrejas e clínicas particulares, encaminhamentos clínicos, adiantamento de vagas em atendimento no serviço público, exames e até disposição de veículos da saúde, são algumas das ações utilizadas por estas figuras políticas. O clientelismo, conforme descrito por Vieira (2002), são práticas que envolvem ações de assistência à saúde, incluindo transporte de pacientes, consultas e exames. Mesmo com a universalização do direito à saúde prevista na Constituição Federal e um Sistema Único de Saúde (SUS) de referência, há inúmeros problemas no serviço de saúde em todo país. Assim, com base no que aponta Nunes (1997), estruturada em uma rede de clientes que necessitam de atendimento e atenção, baseando-se em trocas generalizadas e imediatas ou de retornos futuros, o clientelismo tem como foco a obtenção de votos no período eleitoral. Como afirma Vieira (2002) trata-se de atendimento médico em troca de votos em eleições. Contudo, a população beneficiada por esta prática clientelista não pode ser culpada, uma vez

que em uma sociedade desigual como o Brasil, a dificuldade de se obter condições minimamente seguras e dignas de vida, como ter acesso à saúde, é uma das inúmeras barreiras que dificilmente são superadas pela população pobre e carente.

Como aponta Schimanski (2007), o “coletivismo” presente historicamente em Ponta Grossa, marcado como a união de interesses de um grupo restrito de famílias tradicionais, conservadoras e com forte controle político e econômico, tem afetado diretamente o desenvolvimento de um enorme grupo de excluídos, denominados “outros”. Por outro lado, este sistema clientelista é um contraponto ao sistema que alimenta apenas o interesse das famílias tradicionais conservadoras de Ponta Grossa. Contudo, ao contrário do que aponta Siqueira (2006), esta situação não pode ser entendida como uma ruptura com antigos e persistentes esquemas políticos vinculados ao patronato tradicional local, uma vez que se percebe que há vereadores que exercem a prática clientelista e não deixam de atender as pautas da elite política municipal.

Neste sentido, como bem aponta Raffestin (1993), os recursos são utilizados como arma política, pois ter recursos, seja ele qual for, é ter um instrumento de poder. Mas como apontam Silva e Azevedo (2016), este poder não é apenas algo material e/ou mercadológico, ou seja, não pode ser trocado, comprado ou adquirido, mas é a relação estabelecida entre atores e/ou grupos no espaço e no tempo. Assim, as famílias tradicionais e conservadoras de Ponta Grossa estabeleceram sua relação de poder a partir do momento em que acumularam extensas áreas nos Campos Gerais do Paraná como propriedades (se estabelecendo no espaço) e mantendo seus recursos entre membros da família através da herança (se firmando no tempo).

Este instrumento de poder, fortemente estabelecido (histórica e culturalmente) é utilizado na política, na busca de perpetuar privilégios desses grupos hegemônicos. Percebe-se que esta influência ocorre de maneira indireta, sem a necessidade de inserção de membros desta elite tradicional e conservadora na Câmara Municipal de Ponta Grossa. O lugar de fala, com poder e influência se faz através de representantes em espaços estratégicos, como conselhos municipais, entidades de classe, sindicatos, associações e outros espaços públicos e privados.

Militares e pastores também ganharam espaço no legislativo municipal, sobretudo nos últimos mandatos. A presença de vereadores ligados a atividades religiosas, principalmente representantes conservadores da igreja evangélica e da católica, tem dado força a discussões que envolvem os temas gênero, costumes, família, homossexualidade, religião e demais pautas relacionadas. De acordo com o trabalho de Kerbauy (2005), até o ano

de 2004 (recorte temporal final analisado pela autora) as bancadas dos profissionais religiosos não eram tão representativas nas câmaras municipais do Brasil. Em Ponta Grossa esta estatística não foi diferente e esta participação de religiosos na vereança municipal passou a ser presente a partir de 2013, com dois pastores. Na gestão de 2017-2020 foram três representantes religiosos e na gestão 2021-2024 são quatro vereadores, três ligado à igreja evangélica e um à católica.

Para Oro (2003) as igrejas e religiões tem procurado expressar o seu capital político e poder institucional no campo político. O referido autor mostra a estrutura organizacional para campanha política dentro de uma vertente da igreja evangélica, que envolve um estudo estatístico do capital eleitoral que dispõe, com base no quociente eleitoral, para lançar candidatos e um esquema de promoção dos mesmos nos diversos espaços da igreja. Além disso, o autor segue, afirmando que há uma organização espacial das campanhas, a fim de melhor captação dos votos por bairros e das diferentes igrejas locais. Para Machado e Burity (2014) as igrejas pentecostais tem grande capacidade de mobilização popular, por isso se faz presente nas instâncias de poder, com grande capacidade para influenciar no ordenamento da sociedade.

Ao avaliar a declaração de bens dos candidatos eleitos nota-se que a maioria possui patrimônio que varia entre 100 a 500 mil reais. Foram detectados três milionários, um deles com patrimônio superior a 5,8 milhões de reais. Contudo, 29,03% dos vereadores (27) não declararam ou não foram identificadas informações a respeito de seus bens. Dentre estes, quatro são considerados grandes empresários da cidade, possivelmente com patrimônios que superam um milhão de reais.

Em relação ao índice de renovação da Câmara Municipal de Ponta Grossa no período analisado, observa-se que há uma média de 53,51%. É evidente que os momentos de redução do número de cadeiras no legislativo municipal coincidem com a queda brusca no índice de renovação, a exemplo do mandato de 2009-2012, que caiu para 15 vagas e apresentou o menor índice, apenas 26,66%. Isso mostra que a redução de cadeiras no legislativo municipal é prejudicial, pois gera a diminuição da representatividade, sobretudo de base popular, pois os representantes destes grupos tendem a obter menor quantidade de votos. A redução de vagas na Câmara aumenta o quociente eleitoral e também contribui para a hegemonia de figuras políticas no cenário municipal.

É comum que a redução de cargos no legislativo municipal ocorra com base na justificativa de que seja medida de austeridade. Entretanto, destaca-se que tal afirmação nem sempre pode ser considerada efetiva, uma vez que geralmente, ao reduzir o número de

vereadores aumenta-se o número de cargos em comissão e verbas para custeio e, por conseguinte, mantem-se os gastos.

Conforme apontam Da Silva e Dantas (2016), a representação política no legislativo municipal é multifacetada, pois há uma multiplicidade de interesses demandados pelos eleitores em relação aos vereadores. Assim, mesmo havendo tendências entre os variados perfis de pessoas que ingressam no legislativo municipal, a Câmara de Vereadores é um espaço variado de representações, o que não significa a representação completa da sociedade.

De acordo com Rodrigues (2006), há uma homogeneidade e baixa circulação no setor legislativo municipal, além de ser controlado por uma elite política. É comum a substituição de representação na Câmara de modo intrafamiliar, passando de pai para filho, de irmão para irmão, e entre grupos setoriais hegemônicos.

Partidos políticos

Avaliar o espectro político dos partidos é um desafio. Diferentes fontes realizam enquadramentos que diferem entre si, como se pode observar a partir da análise dos estudos de Coppedge (1997), Madeira e Tarouco (2013), Vasconcellos (2016), Shalders (2017) e Ducroquet (2018). Mesmo avaliando os estatutos dos partidos, em busca de suas finalidades, objetivos, visão, missão e fundamentos que direcionam a ideologia partidária, decisões e ações nos mais diferentes espaços de atuação política confundem um enquadramento seguro do espectro político para determinados partidos. Contudo, o presente trabalho buscou tomar como base as referências anteriormente citadas, somadas às ações políticas dos vereadores de Ponta Grossa.

No que se refere à predominância de partidos do lado direito do espectro político na Câmara, partidos como PSDB e DEM tem mantido um alto índice de votos nas eleições municipais para vereadores. O município tem apresentado uma tendência frequente de votos na direita e mais recentemente, alinhado a alas conservadoras e de extrema direita, fato observado a partir do desempenho do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, na cidade na eleição de 2018. Segundo Santos (2018) foram 73,75% dos votos válidos em Ponta Grossa no segundo turno para Bolsonaro, valor que superou a média nacional e estadual (Paraná).

Ao contrário, o partido de esquerda de maior expressão no município, o Partido dos Trabalhadores, tem apresentado uma queda drástica no número de votos, sendo que os últimos vereadores foram eleitos no ano de 2012, e na eleição de 2020 obteve um total de

apenas 3.351 votos. Tal fato é reflexo da conjuntura nacional envolvendo o PT, desde o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff até a campanha presidencial de 2018, desencadeada por uma série de acusações de corrupção de líderes políticos do referido partido, atrelado a um conjunto estruturado de *fake news*, como destaca Dourado (2020). Além disso, situações locais envolvendo acusação sobre ex-vereadora de suposto falso sequestro, culminaram em uma grande rejeição da população aos candidatos do referido partido. Por outro lado, nota-se um crescimento, pequeno, mas significativo, de partidos menores da esquerda, como o PC do B e PSOL, sendo que este último conseguiu eleger seus primeiros representantes na forma de bancada coletiva na eleição de 2020.

Com relação ao desempenho dos partidos em Ponta Grossa, observa-se notável influência de personalidades políticas específicas, que acabam exercendo o efeito “puxa voto”, aumentando o desempenho dos grupos partidários localmente. O crescimento do PSB no município de Ponta Grossa deve-se a influência do Deputado Federal Aliel Machado. Este mesmo político foi responsável pelo expressivo aumento de votos no PC do B na eleição de 2012, mas após sua entrada na Câmara dos Deputados filiou-se à REDE, que nas eleições de 2016 apresentou grande crescimento em Ponta Grossa pela filiação de dois nomes conhecidos na política local atual, Pietro Arnaud e Geraldo Stocco. A filiação dos três políticos citados anteriormente ao PSB deu força à corrida legislativa municipal nas eleições de 2020. Já em relação ao crescimento do PSD associa-se ao fato de que o atual Governo do Estado do Paraná e a prefeita de Ponta Grossa eleita em 2020, Elizabeth Schmidt, são filiados a este partido.

Sobre a dinâmica de competição política, Carneiro e Almeida (2008) mostram que a organização dos sistemas partidários locais resulta de uma complexa combinação, que envolve um conjunto de instituições, como o federalismo, a capacidade de organização dos partidos e a lógica de representação política. Assim, pode-se dizer que os partidos são importantes para os candidatos devido à obrigatoriedade de filiação partidária, mas o que mais influencia as eleições municipais para vereadores é a política a nível Estadual e Federal que, conseqüentemente, influencia a própria organização partidária a nível municipal.

Vasquez, Fernandes e Faganello (2016) mostram o crescimento contínuo da capilaridade dos partidos no país e que este espraiamento nem sempre é resultado da força partidária organizacional, mas que a ocorrência de trocas de partidos de candidatos já conhecidos localmente e a participação de candidatos estreantes no processo de territorialização partidária explica tal fenômeno. Assim, para os autores, compreender quem são os políticos é fator determinante para a realização de uma leitura sobre o panorama

político no legislativo municipal, mais que as próprias organizações partidárias. Entretanto, em Ponta Grossa, percebe-se que a influência partidária interfere diretamente no desempenho dos candidatos, sobretudo nos grupos associados à esquerda do espectro político, nestes casos, os tradicionais partidos de esquerda, como PT, PC do B e PSOL, uma vez que há alta rejeição a estas legendas no município.

Migração partidária e a reforma eleitoral de 2017

A Emenda Constitucional nº 97/2017, também chamada de reforma eleitoral de 2017, trouxe várias modificações nas regras eleitorais no Brasil, entre elas, uma das mais importantes foi o impedimento de concorrência por coligações para os pleitos proporcionais (vereadores, deputados estaduais e distritais e deputados federais). Com isso, a partir das eleições municipais de 2020, os candidatos a vereadores só puderam disputar através de seu partido político, constituindo chapa única. Apenas 20 partidos políticos participaram das eleições para vereadores no município de Ponta Grossa no ano de 2020, situação que indica a influência desta reforma eleitoral.

A migração partidária entre os vereadores que se reelegeram na eleição de 2020 foi marcante, sendo que de oito reeleitos, sete mudaram de partido. Desde 1992, 34 vereadores se reelegeram em Ponta Grossa e deste total apenas 12 (35,29%) se mantiveram no mesmo partido, sete partidos de esquerda, três de centro e dois direita. Estas oscilações partidárias estiveram presentes em todas as eleições do período analisado. Assim, mesmo ocorrendo acentuada migração partidária após reforma eleitoral, o deslocamento de políticos entre grupos partidários pode significar duas situações: a) estratégia política na busca de melhores condições para serem eleitos ou b) dissidência político-ideológica interna. Nota-se maior estabilidade de filiação de vereadores ligados a partidos de esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores, o que é sugestivo de uma maior estabilidade de filiados com os posicionamentos político-ideológicos desta legenda no município.

Para Monteschio e Jucá (2017), com a possibilidade de coligações, houve a criação abusiva de partidos políticos e tais organizações partidárias passaram a se caracterizar como patrimônio de determinado político. Em alguns casos, partidos antigos, mas de baixa expressão local, também passaram a ser praticamente compostos por um político. Como exemplo representativo desta situação em específico, cita-se o ex-vereador George Luiz de Oliveira, que teve quatro mandatos consecutivos pelo PMN, partido que sempre teve baixa expressão no município (maior desempenho em 2012, com 5.449 votos, sendo que deste total 85,94% dos votos foram para o referido político), mas que sempre esteve dentro de coligações

fortes. Na última eleição, o político citado anteriormente migrou de partido, saiu do PMN, que não participou do pleito, e ingressou no PROS, o qual não elegeu candidato.

A cláusula de barreira, ou cláusula de desempenho, também prevista na reforma eleitoral de 2017, é outro fator que forçou a migração partidária de vários vereadores e candidatos. Esta cláusula impõe aos partidos um número mínimo de 1,5% dos votos válidos (entre 2019 a 2023) para deputados federais em nove estados, com 1% em cada, ou bancada de no mínimo nove deputados de nove estados. Este percentual de desempenho mínimo irá crescer gradualmente até 2031, quando fixará o valor de 3% dos votos válidos para deputados em pelo menos nove estados, com 2% em cada, ou bancada mínima de 15 deputados de nove estados. De acordo com Souza (2018), devido à cláusula de barreira, 14 partidos (Rede, Patriota, PHS, DC, PCdoB, PCB, PCO, PMB, PMN, PPL, PRP, PRTB, PSTU, e PTC) não receberão recursos do Fundo Partidário e ficaram sem acesso à Propaganda Eleitoral Gratuita de 2019 a 2023. Em Ponta Grossa, apenas o PRTB conquistou uma vaga na Câmara, obtendo a menor votação entre os eleitos. Os demais partidos não participaram do pleito e aqueles que participaram atingiram baixa votação.

Como apontado por Kerbauy (2005) as constantes migrações partidárias nas diversas esferas da política brasileira também estão atreladas com o movimento das lideranças locais para acompanhar os governadores (o ultrapresidencialismo estadual), às estratégias políticas personalistas e à desvalorização dos partidos. Como já mencionado, é comum a oscilação partidária influenciada por políticos com mandato ativo fora da esfera legislativa municipal, sobretudo integrantes do Executivo (prefeitos, governadores e presidente). A atuação centrada em apenas um político leva a situações de “partido de uma pessoa só”, que somadas à falta de alinhamento e comprometimento com a ideologia político-partidária causa o enfraquecimento dos partidos políticos.

Para Freitas e Mesquita (2010) as coligações beneficiam principalmente os partidos pequenos, que não conseguem atingir sozinhos o quociente eleitoral. Por outro lado, Monteschio e Jucá (2017) apontam que a possibilidade de coligações estimulou a criação desenfreada de partidos com caráter comercializável. Assim, fica claro que a cláusula de barreira auxilia no combate aos partidos de finalidade inidônea, mas ao mesmo tempo, prejudica grupos partidários menores (geralmente de menor poder aquisitivo) que possuem comprometimento com a ideologia político-partidária e são moralmente adequados, mas que não conseguem atingir os índices mínimos impostos pela reforma eleitoral de 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Câmara Municipal de Ponta Grossa é predominantemente composta por homens brancos com nível de escolaridade alta, atuação profissional voltada principalmente para a área empresarial ou para setores que exigem formação acadêmica. Isso evidencia a forte desigualdade social, racial e de gênero presente na sociedade e que, conseqüentemente, é refletida no legislativo municipal.

A homogeneidade e baixa circulação na Câmara Municipal são evidentes. Isso ocorre não apenas devido ao alto nível de reeleição e baixo índice de renovação, mas também por ser comum a passagem de representação de maneira intrafamiliar, ocorrendo de pai para filho, de irmão para irmão, e entre grupos setoriais hegemônicos, evidenciando um controle deste espaço por uma elite política local. Observa-se que o controle da política legislativa municipal em Ponta Grossa por famílias tradicionais e conservadoras mantém-se forte e ativa, mesmo estes personagens não atuando diretamente (compondo a Câmara Municipal). A influência ocorre de maneira indireta, ao inserirem representantes em espaços estratégicos, como conselhos municipais, entidades de classe, sindicatos, associações e outros espaços públicos e privados que têm lugar de fala garantido e, em algumas situações, com poder e influência que se sobrepõe ao do Legislativo.

Os efeitos de práticas clientelistas são notáveis nas eleições em Ponta Grossa, pois influencia diretamente no desempenho de médicos e outros profissionais ligados à área da saúde, sempre bem votados e com marcante presença na Câmara. Observa-se, ainda que de maneira tênue, um aumento no número de representantes militares e religiosos no legislativo municipal, o que indica a possibilidade de fortalecimento de pautas conservadoras entre as discussões parlamentares, situação já identificada nos últimos anos.

Ponta Grossa é uma cidade que essencialmente elege vereadores filiados a partidos de direita. Apesar de, ao longo do período analisado, os partidos de esquerda sempre estarem presentes na Câmara, nota-se clara rejeição às organizações partidárias de esquerda nas últimas eleições, sobretudo em relação ao Partido dos Trabalhadores. DEM, PSDB, MDB e PT são os partidos mais votados na cidade e os que mais tiveram candidatos eleitos.

O desempenho dos partidos políticos em Ponta Grossa está mais associado aos candidatos do que ao partido em si. Há uma forte migração dos políticos entre os partidos, resultado de uma política personalista presente ao longo do período analisado, como também devido à influência que principalmente prefeitos, governadores e deputados federais exercem sobre os candidatos e devido ao impacto da Emenda Constitucional nº 97/2017 (reforma eleitoral de 2017) que impede a concorrência por coligações e impõe a cláusula de barreira

(cláusula de desempenho). Esta migração partidária, muito além da posição ideológica, reflete estratégias políticas dos vereadores ao longo do tempo.

Conclui-se que conhecer e entender o perfil de vereadores e vereadoras possibilita compreender que a câmara não é apenas um lugar de representação popular, é também um reflexo da organização sociocultural e política local, totalmente baseada em uma sociedade patriarcal, capitalista e racista, configurando um ambiente de relação de poder, de disputa pelo espaço de fala, onde o que está em jogo é a contestação entre os interesses coletivos e os interesses pessoais ou de grupos hegemônicos específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. D. **Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira.** Dados, 51(2), 403-432. 2008.

COPPEDGE, M. **A classification of Latin American political parties.** Working Paper nº 244, Kellogg Institute. 82p. 1997.

COSTA, P. R. N.; COSTA, L. D.; NUNES, W. **Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010).** Revista Brasileira de Ciência Política, (14), 227-253. 2014.

DA SILVA, B. S.; DANTAS, H. **Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016).** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, (48), 11-45. 2016.

DINIZ, E; BOSCHI, R. R. **Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas.** In.: BOSCHI, R; DINIZ, E; SANTOS, F. (orgs.). Elites políticas e econômicas no Brasil. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. 2000.

DOURADO, T. M. S. G. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil.** Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 308p. 2020.

DUBET, F. **Qual democratização do ensino superior?** Caderno CrH, 28(74), 255-266. 2015.

DUCROQUET, S. **Genealogia dos partidos.** 2018. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2018/genealogia-dos-partidos/>. Acesso em: 14 de dez. 2020.

FREITAS, A.; MESQUITA, L. **Coligações em Eleições Proporcionais: Quem ganha com isso.** Revista Eletrônica da Fundação Liberdade e Cidadania, 2(7), 1-21. 2010.

ESTADÃO. **Eleições 2020.** Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/candidatos/pr/ponta-grossa/vereador,24>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 município de Ponta Grossa.** 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=41>. Acesso em: 18 de dez. 2020.

KERBAUY, M. T. M. **As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local.** Opinião Pública, 11(2), 337-365. 2005.

MACHADO, M. D. D. C.; BURITY, J. **A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos.** Dados, 57(3), 601-631. 2014.

MADEIRA, R. M; TAROUCO, G. S. **Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos.** Revista Debates. 7 (2): 93–114. 2013.

MONTESCHIO, H.; JUCÁ, F. P. **A crise político partidária brasileira: fim das coligações para eleições proporcionais, adoção da cláusula de barreira e a eliminação de comissões provisórias, sugestões para verdadeira reforma política no Brasil.** Revista Jurídica, 2(47), 174-198. 2017.

NUNES, É. **A gramática política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

ORO, A. P. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros.** Revista brasileira de ciências sociais, 18(53), 53-69. 2003.

PMPG – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. **Caderno Estatístico do Município de Ponta Grossa.** 2019. Disponível em: https://smma.pontagrossa.pr.gov.br/download/pg_sustentavel/ipardes_caderno_pg.pdf. Acesso em: 11 de nov. 2020.

PODER360. **Candidatos.** Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/>. Acesso em: 03 de dez. 2020.

RAFFESTIN, C.. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, L. D. S. **Elites políticas em três perspectivas: origem social, carreira pública e valores dos membros dos poderes executivo e legislativo de Ponta Grossa/PR (1993-2004).** Dissertação de mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2006.

SANTOS, V. A. dos. **Votos pró Bolsonaro em Ponta Grossa superam média estadual e nacional.** Periódico UEPG: redação de mídia integrada. 2018. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/cidade-cidadania/228-eleicoes-2018/1187-votos-pro-bolsonaro-em-ponta-grossa-superam-media-estadual-e-nacional>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SEIBT, T. **Vereadores chegam a custar R\$ 2 mil por habitante em algumas cidades brasileiras.** 2020. Disponível em: <https://fiquemsabendo.com.br/gastos-publicos/vereadores-salarios/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SENADO FEDERAL. **Cartilha Mais Mulher na Política. Mulher, Tome Partido!** 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496489/livreto-mais-mulher-na-politica.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SHALDERS, A. **Direita ou esquerda? Análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico.** 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>. Acesso em: 14 de dez. 2020.

SCHIMANSKI, E. F.. **Conservadorismo e Tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2007.

SILVA, M; AZEVEDO, F. F.. **Geografia e poder: conflitos, resistências e contra poderes territoriais.** Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) - Especial GT Anpege. 12 (18), 163-184. 2016.

SIQUEIRA, R. B. **Conselhos de política e participação democrática: análise dos setores saúde e assistência social em Ponta Grossa-Pr.** 2006. Dissertação de mestrado. Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2006.

SOUZA, M. **14 partidos não alcançam cláusula de desempenho e perderão recursos.** Agência Câmara de Notícias. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545946-14-partidos-nao-alcancam-clausula-de-desempenho-e-perderao-recursos/>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

TRE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Justiça Eleitoral - Eleições Municipais de 03 de outubro de 1992.** 1992. Disponível em: <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19921003A77771.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

TRE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Justiça Eleitoral - Eleições Municipais 1996.** 1996. Disponível em: <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19961003A77771.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais.** 2019. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/77771/candidatos>. Acesso em: 02 de dez. 2020a.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2020.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/eleicoes-2020-58-208-vagas-de-vereadores-estarao-em-disputa-neste-domingo-15>. Acesso em: 08 de dez. 2020b.

UOL. **Eleições 2012.** 2012. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/resultado.htm?dados-municipio-ibge-id=4119905&prev=0001H415U60L30P>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

VASCONCELLOS, F. **Maioria dos partidos se posiciona como de Centro. Veja quem sobra no campo da Direita e da Esquerda.** 2016. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html>. Acesso em: 14 de dez. 2020.

VASQUEZ, V., FERNANDES, J. L. M., & FAGANELLO, M. A. **Estruturação partidária nos municípios brasileiros.** 2016. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st21-6/10361-estruturacao-partidaria-nos-municipios-brasileiros-1996-2012/file>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

VERNER, A. F.; CERVI, E. U. **Quem são as mulheres eleitas em Ponta Grossa? Uma análise das especificidades na eleição de vereadoras no município entre os anos de 2004 e 2016.** Revista do Legislativo Paranaense, (4), 25-44. 2020.

VIEIRA, A. C. **Clientelismo e serviços de saúde.** Revista de Políticas Públicas, 6(1), 9-40. 2015.

COUNCILORS AND POLITICAL PARTIES IN ELECTIONS IN THE PONTA GROSSA CITY (PARANÁ STATE) FROM 1992 TO 2024: GENERAL CHARACTERISTICS, PERFORMANCE, TENDENCIES AND INFLUENCES

ABSTRACT

Ponta Grossa, in the State of Paraná, is a conservative and traditional city and this is reflected in the municipal legislature. This article shows an analysis of the performance and profile of councilors and political parties in elections for the municipal legislature between 1992 and 2024. The study was based on the identification of the elected candidates in the city, discarding the cases of substitution of candidates during the term of office, and on research about the profile of the elected ones involving gender, color, occupation (profession), education level and declared heritage. The performance of political parties during the time frame presented was also evaluated, based on the vote count and considering the impact of Constitutional Amendment No. 97/2017 (2017 electoral reform). The Ponta Grossa Chamber has homogeneity and low circulation, is predominantly made up of councilors affiliated with right-wing parties and is made up of white men with a high level of education, professional activity focused mainly on the business area or sectors that require academic training. Clientelistic practices are notable and there is an increase in the number of military and religious representatives in the last elections. The performance of political parties in the city is more associated with the candidates than with the party itself, a situation evidenced by the strong party migration.

Keywords: Municipal legislature; Chamber composition; Councilors; Migration party; Ponta Grossa city.

CONCEJALES Y PARTIDOS POLÍTICOS EN LAS ELECCIONES DEL MUNICIPIO DE PONTA GROSSA (PR) DE 1992 A 2024: CARACTERÍSTICAS GENERALES, ACTUACIONES, TENDENCIAS Y INFLUENCIAS

RESUMO

Ponta Grossa, en el Estado de Paraná, es una ciudad conservadora y tradicional y esto se refleja en la legislatura municipal. Este artículo muestra un análisis del desempeño y perfil de concejales y partidos políticos en las elecciones para la legislatura municipal, de 1992 a 2024. El estudio se basó en la identificación de los candidatos electos en la ciudad, descartando los casos de reemplazo de candidatos durante el período, y en una investigación sobre el perfil de los candidatos electos por género, color, ocupación (profesión), nivel de educación y activos

declarados. También se evaluó el desempeño de los partidos políticos durante el plazo presentado, con base en el cómputo de votos y considerando el impacto de la Enmienda Constitucional No. 97/2017 (reforma electoral de 2017). La Cámara de Ponta Grossa tiene homogeneidad y baja circulación, está formada predominantemente por concejales afiliados a partidos de derecha y está formada por hombres blancos con un alto nivel educativo, actividad profesional enfocada principalmente al área empresarial o sectores que requieren formación académica. Las prácticas clientelistas son notables y hay un aumento en el número de representantes militares y religiosos en las últimas elecciones. El desempeño de los partidos políticos en la ciudad está más asociado a los candidatos que al partido mismo, situación que se evidencia por la fuerte migración partidaria.

Palabras clave: Legislativo Municipal; Composición de la Cámara; Consejeros; Migración de partidos; Ponta grossa.

Recebido: 18/10/2021

Aceito: 01/02/2022